



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

**Sumário**

Pág.

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.	3
2. Objetivos e metas físicas e financeiras.	3
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade.	3
2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.	6
2.3. Programas sob a responsabilidade da unidade.	7
2.4. Desempenho Operacional.	8
3. Informações sobre recursos humanos da unidade.	11
3.1. Composição dos recursos humanos.	11
3.2. Informações sobre os contratos de terceirização de mão de obra.	12
3.3. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade.	12
3.4. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.	12
4. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos. (Não se aplica)	13
5. Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. (Não se aplica)	13
6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição. (Não se aplica)	13
7. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas. (Não se aplica)	13
8. Demonstrativo de fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos. (Não se aplica)	13
9. Informações sobre renúncia tributária. (Não se aplica)	13
10. Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos. (Não se aplica)	13
11. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício.	13
12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados relativos aos atos de admissão e desligamento, concessão de aposentadoria, reforma e pensão. (Não se aplica)	14
13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.	15
14. Outras informações relevantes. (Sem ocorrências)	15
15. Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76, incluindo as notas explicativas.	16
16. Composição acionária do capital social.	27
17. Posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades. (Não se aplica)	27
18. Parecer da Auditoria Independente sobre as demonstrações contábeis.	28
19. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal.	29
20. Declaração de que as atas das reuniões dos conselhos de administração e do conselho fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.	30

**1. Identificação de Relatório de Gestão Individual (item A do anexo II da DN TCU 100/2009).****Poder e Órgão de vinculação:**

- **Poder:** Executivo
- **Órgão de vinculação:** Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- **Código SIOG:** 14

**Identificação da Unidade Jurisdicionada:**

- **Denominação completa:** Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
- **Denominação abreviada:** CASEMG
- **Código SIOG:** 47839
- **Código LOA:** Não se aplica
- **Código SIAFI:** Não se aplica
- **Situação:** Ativa
- **Natureza Jurídica:** Sociedade de economia mista
- **Principal atividade:** Armazéns gerais – emissão de warrant
- **Código CNAE:** 5211-7/01
- **Telefone/fax de contato:** (31) 3272-2833 / (31) 3272-2943
- **Endereço eletrônico:** [presidencia@casemg.com.br](mailto:presidencia@casemg.com.br)
- **Página da Internet:** <http://www.casemg.com.br>
- **Endereço postal:** Rua dos Timbiras, 1.754 – 14º e 15º andares – Bairro Lourdes CEP: 30.140.061 Belo Horizonte/MG

**Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada:**

- **Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:** criada pela Lei Estadual nº. 1643, de 6 de setembro de 1.957, (DOU de 06/09/1957) a CASEMG foi federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União mediante autorização contida na Lei Estadual nº. 12.422, (DOU de 27/12/1996) de 27 de dezembro de 1996 e Lei Federal nº. 9.496, de 11 de setembro de 1997, (DOU de 12/09/1997), vinculada ao Ministério da Agricultura através do Decreto 6.129 de 20/06/2007, (DOU 21/06/2007).

**Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada:**

- Em funcionamento, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND por força do Decreto nº 3.654, de 7 de novembro de 2000.
- As instruções normativas são documentos internos que dizem respeito ao funcionamento organizacional e à prestação dos serviços inerentes à sede administrativa e às “Unidades de Armazenagem e Negócios – UAN’s” distribuídas no Estado.
- O Estatuto Social e o Regimento Interno também são documentos relacionados à gestão e à estrutura da Companhia.

**Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada -**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

**Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada -**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

**2. Objetivos e metas físicas e financeiras****2.1. Responsabilidades institucionais da unidade****2.1.1. Competência**

Dentro do contexto nacional, a CASEMG encontra-se no estado de Minas Gerais e busca a atuação de

suas atividades de acordo com a sua missão “viabilizar soluções de armazenagem e transbordo, agregando valor sustentável ao agronegócio”.

No exercício, nos contratos de prestação de serviço, merecem destaque: as cooperativas, indústrias extratoras, setores de abastecimento, empresas diretamente ligadas ao agronegócio, adesão de pequenos, médios e grandes produtores, bem como parceria com a disponibilização de área para empresa responsável pela Estação Aduaneira do Interior - EADI em Uberlândia, para importação e exportação.

### **2.1.2. Objetivos estratégicos**

A CASEMG planejou para o exercício os seguintes objetivos e prioridades definidos no Programa de Dispendios Globais – PDG:

#### **2.1.2.1. Programa de Investimento:**

Previsão de investimentos no Ativo Imobilizado de R\$ 1.726 mil, conforme reprogramação aprovada pelo Decreto nº 7.035, de 16 de dezembro de 2009, em:

- a) Manutenção e Adequação de Imóveis,
- b) Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos,
- c) Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Tele-processamento.

Os programas de investimento não ocorreram dentro do inicialmente previsto devido principalmente a 6 (seis) processos licitatórios que resultaram fracassados, tais como o de instalação e recuperação do sistema de termometria no complexo armazenador das Unidades de Monte Carmelo, Patrocínio e Capinópolis, bem como a não realização, em tempo hábil, do processo licitatório de aquisição de um elevador industrial para o conjunto de silos nº 1 da Unidade de Uberlândia e o de contratação de empresa para desenvolvimento de projeto de despoeiramento e renovação de ar dos conjuntos de silos nºs 1 e 2 da mesma unidade.

#### **2.1.2.2. Equacionamento Econômico, Financeiro e Patrimonial**

- a) Elevar a receita total para R\$19.276 mil, no período.

No período, a receita total alcançou R\$22.622mil, com um acréscimo de 17,4% (dezessete vírgula quatro por cento) em relação ao valor previsto, sendo assim distribuída:

Receita Operacional: R\$15.941 mil

Receita Não Operacional: R\$6.681 mil.

Nas Receitas Não Operacionais, foram registrados valores resultantes da reversão de provisão relativa à retificação do Refis (R\$3.512.980,00), através do Despacho Decisório nº 11.401.3/0059/2005 da Delegacia da Receita Federal do Brasil/Previdenciária; Crédito da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos Recíprocos entre a Prefeitura de Frutal e a CASEMG (R\$1.045.294), Aluguéis provenientes de Concessão Real de Uso (R\$932.192,00) e Recuperação de Despesas (R\$846.978,00).

O restante é proveniente da renda de aplicações financeiras, taxas de permanência, juros e multas sobre recebimentos em atraso, variação monetária ativa, descontos obtidos e outras receitas eventuais.

- b) Reduzir o endividamento e equacionar o passivo trabalhista.

O endividamento total da CASEMG reduziu de R\$ 11.178.781, de 2008 para R\$ 7.407.243, de 2009, em função, principalmente, da recuperação do INSS proveniente do REFIS, cujo pedido de revisão dos valores confessados e incluídos indevidamente no referido parcelamento foi feito em 2003.

No que diz respeito ao passivo trabalhista, em 2009 foram extintas 4 (quatro) ações judiciais não referentes ao Dissídio Coletivo de Trabalho de 1991, no valor total de R\$ 98.324,00 (noventa e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais) e 1 (uma) referente ao Dissídio Coletivo, no valor de R\$ 601.559,69 (seiscentos e um mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos), totalizando um desembolso de R\$699.883,69 (seiscentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos).

c) Reduzir os dispêndios correntes.

#### DISPÊNDIOS CORRENTES

DESCRIÇÃO	REPROGRAMADO	REALIZADO	REALIZADO / REPROGRAMADO
Pessoal e Encargos	5.854.977	5.985.941	102,24
Materiais e Produtos	1.832.469	1.882.795	102,75
Serviços de Terceiros	3.618.162	3.662.762	101,23
Utilidades e Serviços	2.426.663	2.203.426	90,80
Aluguéis	400.000	319.277	79,82
<b>TOTAL</b>	<b>14.132.271</b>	<b>14.054.201</b>	<b>99,45</b>

A rubrica Pessoal e Encargos foi impactada, principalmente, pelo aumento do Dissídio Coletivo de 8% (oito por cento), tendo em vista que na Reprogramação estava previsto 5% (cinco por cento).

No caso específico dos Materiais e Produtos, a ocorrência de uma safra com elevado teor de umidade, consequência de chuvas abundantes, impactou os custos com aquisição de lenha, em especial, do óleo BPF.

Nos Serviços de Terceiros, o percentual excedente é decorrente do aumento da contratação de braçagistas devido às condições de uma safra com elevado teor de umidade.

No item Utilidades e Serviços, ficou demonstrado que os controles dos gastos, como energia elétrica, trouxe resultados positivos, sendo o valor realizado menor que o reprogramado.

Em relação a Aluguéis, a CASEMG, no exercício, conseguiu fechar um acordo com o locatário do imóvel onde está instalada a sede administrativa por um preço abaixo da média dos aluguéis, o que impactou o valor realizado nesta rubrica.

#### 2.1.2.3. Responsabilidade Social e Ambiental

a) Solucionar os problemas ambientais em todas as Unidades e ampliar a ação social da empresa.

- a) No aspecto social e ambiental da Companhia, foram desenvolvidas as seguintes ações:
- b) Conclusão da regularização documental ambiental das unidades armazenadoras da Companhia.
- c) Cumprimento de conduta ajustado em ações do Ministério Público nas Unidades Armazenadoras de Uberlândia e Patrocínio.
- d) Continuidade do processo licitatório para contratação de empresa para desenvolvimento de projeto de despoeiramento e renovação de ar dos conjuntos de silos nºs 1 e 2 da Unidade Armazenadora de Uberlândia.

#### 2.1.2.4. Otimização da Capacidade Instalada

- a) Obter taxas médias de ocupação crescentes.
- A média de movimentação de mercadorias no exercício permaneceu constante, situando-se no patamar de utilização de 30 a 35% da capacidade instalada que atualmente é de 501.100 t.
- Neste exercício, foram firmados 744 contratos de adesão gerando uma entrada de 127.358 t de mercadorias diversas, em especial, soja, milho, café, açúcar e algodão.
- Outra forma utilizada para disponibilização de espaço para a armazenagem de mercadorias, foi através de contratos de tarifação especial, quando foram feitos 38 contratos equivalentes a disponibilização de 321.267 toneladas para movimentação de mercadorias por tempo pré-determinado, via de regra, para pessoas jurídicas que atuam no setor do agronegócio nacional.

- b) Elevar o volume transbordado nas UAN'S estruturadas para prestação desse serviço. Em relação aos volumes transbordados, tanto de soja, milho e farelo de soja, observou-se um incremento significativo no período de 2009, muito superior ao de 2008, em especial dos produtos milho e farelo de soja. Em função disto, o volume total transbordado mais que duplicou (100,4%) de um ano para o outro, consequência do aumento da demanda de milho pelo mercado externo e pela captação de novos clientes exportadores de farelo de soja.
- c) Girar em cada Unidade em operação no mínimo duas vezes a sua capacidade estática. Considerando o volume de produtos armazenados e transbordados detecta-se um índice de rotatividade de 2,5 (dois vírgula cinco).

#### **2.1.2.5. Ampliação das bases do negócio**

- a) Identificar e implantar novos negócios e serviços.

A Companhia manteve a política de identificação e ampliação de novos clientes com vistas à implementação da utilização da capacidade armazenadora e a melhor utilização dos equipamentos de transbordo de grãos.

- b) Diversificar, ampliar e fidelizar a carteira de clientes.

A quantidade de clientes potenciais cadastrados manteve-se praticamente constante, na faixa de 4.200 clientes cadastrados, ao término de 2009.

## **2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

### **I- Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida**

O ano de 2009 foi extremamente desafiador para a Companhia, tendo em vista a queda de 6,7% da safra 2008/2009 em comparação com a safra de 2007/08, conforme informativos da CONAB e ainda, a crise econômica mundial que afetou fortemente o agronegócio.

Em janeiro de 2009, foi realizada em Belo Horizonte, reunião envolvendo todos os gerentes e supervisores operacionais visando o planejamento das atividades do exercício, foram discutidas e apresentadas por cada Unidade de Armazenagem e Negócios – UAN's, as metas de receitas, as estimativas das despesas, a necessidade de manutenção e reparo dos armazéns e equipamentos necessários visando a operacionalização da safra. Durante o ano, foram realizadas reuniões gerenciais para acompanhar o desempenho operacional das unidades, bem como estratégias que deveriam ser executadas para cumprimento das metas estabelecidas.

### **II- Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão**

Contribuíram de forma decisiva para as receitas do exercício as renovações dos contratos de tarifação especial e transbordo, onde se obteve uma variação considerável dos valores praticados em 2008, além da conquista de novos clientes.

Apesar do ano de 2009 não ter sido bom para o café, um fato primordial para se manter os níveis de depósito destes produtos foram às certificações dos armazéns localizados nos municípios de Monte Carmelo e Patrocínio, bem como o credenciamento dos armazéns de café junto à CONAB.

Recompensando o esforço de todo o quadro de funcionários da CASEMG, a receita operacional bruta em 2009 atingiu R\$ 15.940.729, contra R\$ 15.841.586 registrado em 2008.

**2.3- Programas sob a responsabilidade da unidade:**

- a) **Relação dos programas e suas principais ações:**
- b) **Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações:**

**2.3.1. Programa de Investimento em Infra-estrutura de Apoio (LOA)**

**Gerente do Programa:** Diretor Presidente Técnico Operacional

**Gerente Executivo:** Gerente das unidades armazenadoras

**2.3.2. Principais Ações do Programa**

1- Manutenção e Adequação de Imóveis

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretor- Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro.

**Unidades executoras:** Unidades de Armazenagem e Negócios

**Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Núcleo de Otimização e Controle – NUCOP.

**Responsável pela execução da ação no nível local:** Gerências dos setores e das unidades armazenadoras.

2- Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Máquinas

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretor- Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro.

**Unidades executoras:** Unidades de Armazenagem e Negócios

**Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Núcleo de Otimização e Controle – NUCOP.

**Responsável pela execução da ação no nível local:** Gerências dos setores e das unidades armazenadoras.

3- Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretor- Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro.

**Unidades executoras:** Assessoria Técnica e Comercial - ASTEC

**Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Assessoria Técnica e Comercial - ASTEC

**Responsável pela execução da ação no nível local:** Assessoria Técnica e Comercial - ASTEC

**III- Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.**

No Orçamento de Investimento de 2009, do total reprogramado de R\$1.726 mil, foi realizado o montante de R\$101.442,52.

A totalidade da programação não ocorreu dentro do inicialmente previsto devido a fatores adversos, dentre eles, o fato de processos licitatórios resultarem fracassados.

Os trabalhos de modernização de gestão tecnológica da Companhia, iniciados em 2008, com a atualização das instruções normativas, aquisição de equipamentos de informática e adequação das estruturas de softwares/hardwares da sede administrativa e unidades armazenadoras, foram retomados em 2009, com a aprovação da nova versão do sistema integrado da sede administrativa, com possibilidade de extensão às unidades armazenadoras.



## 2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.4.1. Programação Orçamentária

#### I- “Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ”.

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

#### II- Programação das Despesas Correntes.

Origem dos Créditos Orçamentários	1-Pessoal e Encargos		2-Juros e Encargos da Dívida		3-Outras despesas Correntes	
Exercícios	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Dotação Proposta pela UJ	5.698.526	5.035.700	-	-	8.737.955	9.626.382
Orçamento Aprovado	5.698.526	5.722.482	-	-	8.737.955	11.635.611
Orçamento Reformulado	5.497.989	5.854.977 (*)	-	-	11.522.742	8.277.294 (*)

(\*) Reprogramação do orçamento aprovado pelo Dec. nº 7.035, de 16 de dezembro de 2009.

#### III- Programação das Despesas de Capital.

Origem dos Créditos Orçamentários	4-Investimentos		5-Inversões Financeiras		6-Outras despesas de Capital	
Exercícios	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Dotação Proposta pela UJ	1.200.000	1.300.000	-	-	-	-
Orçamento Aprovado	1.300.000	1.300.000	-	-	-	-
Orçamento Reformulado	1.300.000	1.726.000(*)	-	-	-	-

(\*) Reprogramação do orçamento aprovado pelo Dec. nº 7.035, de 16 de dezembro de 2009.

#### IV- Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência.

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
Exercícios	2008	2009	2008	2009
Dotação Proposta pela UJ	14.436.481	14.662.082	1.200.000	1.300.000
Orçamento Aprovado	14.436.481	14.662.082	1.300.000	1.300.000
Orçamento Reformulado	17.020.731	17.539.769(*)	1.300.000	1.726.000(*)

(\*) Reprogramação do orçamento aprovado pelo Dec. nº 7.035, de 16 de dezembro de 2009.



**V- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.**

Não se aplica à Unidade. A Companhia não concedeu e/ou recebeu créditos no exercício de 2009.

**2.4.2. Execução Orçamentária**
**I – Despesas por modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ**

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida		Despesa Paga	
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	834.397,46	1.510.094,31	688.549,40	1.224.193,44
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	41.166,00	9.200,00	41.100,00	1.200,00
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	Não se aplica			
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	2.566.340	2.759.259	2.531.307	2.785.917
Diárias	315.342	484.965	228.116	256.130
<b>Outros</b>	-	-	-	-

**II – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ**

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2008	2009
1- Despesas de Pessoal	5.374.723	5.985.941
Salário base	2.531.307	2.785.917
Encargos sociais	1.892.944.	2.026.890
Benefícios sociais	420.753	531.181
Demais elementos do grupo	529.719	641.953
2- Materiais e produtos	1.497.995	1.882.795
3- Serviços de terceiros	2.948.424	3.662.762
Despesas indiretas com pessoal	895.998	1.108.987
Demais serviços terceirizados	1.267.063	1.759.576
Demais elementos do grupo	785.363	794.199
4- Utilidades e serviços	2.194.796	2.203.426
5- Tributos e encargos parafiscais	1.878.363	1.863.655
6- Outros dispêndios correntes	4.375.029	2.639.050

**III – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ**

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2008	2009
1- Investimento no ativo imobilizado	730.078	101.992
Manutenção e adequação de imóveis	404.986	62.303
Manutenção. e adequação bens móveis, veículos e máquinas.	184.499	37.013
Manut. e adequação de ativos de inform. e teleprocessamento.	140.594	2.676

**IV – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ**

Não se aplica à Unidade. A Companhia não recebeu créditos no exercício de 2009.

**V – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ**

Não se aplica à Unidade. A Companhia não recebeu créditos no exercício de 2009.

**VI – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ**

Não se aplica à Unidade. A Companhia não recebeu créditos no exercício de 2009.

**2.4.3. Evolução de Gastos Gerais**

Descrição	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009
1. PASSAGENS	61.533	65.288	98.394
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS	291.327	228.116	256.130
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade- (publicações oficiais)	50.502	49.069	33.276
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	531.925	429.711	473.860
3.3. Tecnologia da Informação	-	-	
3.4. Outras Terceirizações	2.670.556	2.462.878	3.408.689
4-CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	-	-	-
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>3.605.843</b>	<b>3.235.062</b>	<b>4.270.349</b>

**2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Programa	Ação	Execução Física			Execução Financeira		
		Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010 (*)
Investimento no Ativo Imobilizado	1. Manutenção e Adequação de Imóveis	-	-	-	1.355.000	62.303	1.937.950
	2. Manutenção e Adeq. bens Móveis, Veic. e Máquinas	-	-	-	211.000	37.013	237.550
	3. Manutenção e Adeq. Ativos Informática e Teleproc.	-	-	-	160.000	2.676	200.000

(\*) Programa de Dispendios Globais – PDG para 2010, aprovado pelo Dec. Nº 6.997, de 4/11/09.

**2.4.5. Indicadores de desempenho ou institucionais**
**I - Programa de Investimento em Infra- estrutura de Apoio (LOA)**

**a) Utilidade:** Volume de recursos efetivamente alocados na manutenção e adequação de bens móveis, imóveis e de informática e tele-processamento.

**b) Tipo:** Indicador de Efetividade.

**c) Fórmula de cálculo:** Percentual de execução do orçamento.

**d) Método de aferição:** Relação entre os montantes efetivamente gastos e os valores orçados.

**e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:** Diretor Administrativo Financeiro.

**f) Resultado do indicador no exercício:** 5,91%

**2.4.6. Análise do desempenho**

A totalidade da programação não ocorreu dentro do previsto devido a fatores adversos, dentre eles, o fato de processos licitatórios resultarem fracassados, como o de aquisição de elevador industrial e o da contratação de empresa para desenvolvimento de projeto de despoeiramento, além do da instalação e recuperação de sistemas de termometria.

Os trabalhos de modernização de gestão tecnológica da Companhia, iniciados em 2008, com a atualização das instruções normativas, aquisição de equipamentos de informática e adequação das estruturas de softwares/hardwares da sede administrativa e unidades armazenadoras, foram retomados em 2009 com a aprovação da nova versão do sistema integrado da sede administrativa.

**3. Informações sobre recursos humanos da unidade.**
**3.1. Composição dos recursos humanos:**

Composição do quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada*	Lotação Ideal*
<b>Estatutários</b>	-	-	-
Próprios	-	-	-
Requisitados	-	-	-
<b>Celestistas</b>	164	208	208
<b>Cargos de Livre Provisão</b>	-	-	-
Estatutários	-	-	-
Não Estatutários	-	-	-
<b>Terceirizados</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>208</b>	<b>208</b>

\*Lotação Autorizada e Lotação Ideal conforme dimensionamento no Plano de Cargos e Salários

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	QTD.	VENC. E VANT.FIXAS	RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Celestista (inclusive os cedidos com ônus)*						
2007	158	2.918.823,85	NA	NA	NA	NA
2008	158	2.771.716,63	NA	NA	NA	NA
2009	164	2.991.313,21	NA	NA	NA	NA
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA

\*Não foram considerados os custos previdenciários (parte patronal) e o pagamento de FGTS.

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo*		Atividades de Área-Fim		Estagiários*	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	30	531.925,21	2	26.980,48	-	-	10	118.427,75
2008	30	429.711,04	4	39.866,88	-	-	22	180.445,44
2009	28	283.374,19	4	45.598,22	-	-	19	181.710,18

\* Os valores acima contemplam todos os custos contratuais, incluindo despesas com salários, encargos trabalhistas e taxas administrativas.

### 3.2. Informações sobre os contratos de terceirização de área-fim

A Companhia não possuiu contratos de terceirização no exercício.

### 3.3. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.

A Companhia não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

### 3.4. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.

O dimensionamento de pessoal foi definido na implantação do Plano de Cargos e Salários – PCS em 2006. Atualmente a empresa encontra-se com número insuficiente de funcionários em função da rotatividade, devido à baixa remuneração. Em face destes problemas, a empresa está reformulando o Plano de Cargos e Salários, com o objetivo de minimizar distorções e deficiências e ainda obter meios de retenção de sua força produtiva. Seguramente, um dos pontos mais importantes para uma boa e adequada gestão de Recursos Humanos numa organização é a existência de sistemas estruturados de cargos e salários/remuneração e plano de carreira consistente e voltado para a dinâmica, estratégia e eficiência dos negócios da CASEMG.

As unidades de armazenagens, situadas no interior do estado demandam um maior número de funcionários em virtude da grande movimentação operacional, principalmente em período de safra. No ano de 2009 ocorreram 18 (dezoito) rescisões contratuais, sendo 12 (doze) pedidos de demissão, 01 (um) falecimento e 05 (cinco) demissões pelo empregador. No ano de 2009 foram admitidos 21 (vinte e um) empregados.

A avaliação de desempenho ocorre anualmente. Para que o empregado faça jus à progressão horizontal (crescimento salarial dentro do próprio cargo ou classe, em níveis sucessivamente superiores), deverá ter cumprido o interstício mínimo de 02 (dois) anos de efetivo exercício no nível em que se encontra e ter obtido pontuação mínima de 8,0 (oito) nas duas últimas avaliações de desempenho. No ano de 2009 foram avaliados 123 funcionários, sendo que 11 destes adquiriram o direito à progressão horizontal. Apenas 01 funcionário que teria direito à progressão não obteve o índice necessário. A média de pontuação dos funcionários aptos para a progressão foi de 8,8 (oito vírgula oito). Há a necessidade a curto e médio prazo de renovação do quadro próprio de recursos humanos. Atualmente o quadro funcional encontra-se defasado, uma vez que o concurso público para provimento de vagas, homologado em 2006 e renovado por 02 anos não possui mais candidatos disponíveis para contratação na maioria dos cargos.

Visando a melhoria de desempenho, otimização de resultados, ganhos de produtividade e qualidade do trabalho e proporcionando ao empregado a oportunidade de crescimento pessoal e profissional, a CASEMG utiliza o processo de levantamento de necessidades de treinamento. Este processo compreende toda a análise e mapeamento da Companhia com o objetivo de entender os processos críticos que demandam qualificação e conhecimento especializado, pessoas e equipes para alavancar os resultados de negócio. O levantamento das necessidades de treinamento visa identificar potenciais melhorias de processo e ações a serem tomadas nas diversas esferas administrativas da empresa. Foram realizados no ano de 2009 cursos referentes às áreas de Departamento Pessoal, Procedimentos Licitatórios, Contabilidade, Segurança do Trabalho, Sistema Gerencial SGU, totalizando 11(onze) diferentes tipos de cursos para empregados de todas as unidades. Há ainda uma necessidade crescente de treinamento, uma vez que, devido à grande rotatividade, o treinamento da nova força de trabalho é de fundamental importância para a manutenção e continuidade da eficiência nas atividades das diversas áreas.

Em relação a processos que tramitam na Justiça do Trabalho, no ano de 2009 foram extintas 04 (quatro) ações judiciais não referentes ao Dissídio Coletivo de Trabalho de 1991 e 01 (uma) ação judicial referente ao Dissídio Coletivo.

No período, foram ajuizadas 30 (trinta) novas ações referentes a parcelas típicas de natureza trabalhista, quais sejam, horas extras, adicional de transferência, etc., e, principalmente, relativas à responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas; destas ações, 4 (quatro) foram extintas no ano de 2009 e as demais continuam em trâmite.

Em 2009, foram liquidados os saldos remanescentes do acordo trabalhista firmado em 2008 e ainda as ações trabalhistas de acordos firmados em 2009, bem como as pensões judiciais, no montante de R\$ 1.241.755, restando o saldo remanescente de acordos já firmados de R\$ 869.928, registrado no Passivo Circulante, conforme Nota Explicativa nº 13 da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

A CASEMG entende que a valorização de seus recursos humanos é primordial para o desenvolvimento organizacional. Através da implantação de políticas de recursos humanos coerentes e que visem o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus empregados, a empresa terá maiores condições para atingir os seus objetivos.

**4. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (item 4 do anexo II da DN TCU 100/2009).**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

**5. Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. (item 5 do anexo II da DN TCU 100/2009).**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

**6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou Instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição. (item 6 do anexo II da DN TCU 100/2009).**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

**7. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem. (item 7 do anexo II da DN TCU 100/2009).**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

**8. Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame. (item 8 do anexo II da DN TCU 100/2009).**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

**9. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declarações do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que encontram em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Receita Federal. (item 9 do anexo II da DN TCU 100/2009).**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

**10. Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos. (item 10 do anexo II da DN TCU 100/2009).**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

**11. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.**

Transcreve-se, abaixo, parte da Ata nº 41 do Tribunal de Contas da União – TCU, de 17 de novembro de 2009, onde está contido o ACÓRDÃO Nº 5993/2009 - TCU - 2ª Câmara, que versa sobre a prestação de contas da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG, exercício de 2007.

ATA Nº 41, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009

(Sessão Extraordinária da Segunda Câmara)

Presidência do Ministro Benjamin Zymler

Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

ACÓRDÃO Nº 5993/2009 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, em julgar regulares com ressalvas as contas dos Senhores Celio Gomes Floriani (CPF 082.462.896-91) e Danuza Bias Fortes Carneiro (CPF 633.134.136-68), dando-lhes quitação; e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92 em julgar regulares as contas dos demais responsáveis e dar quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.712/2008-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2007)

1.1. Responsáveis: Celio Brovino Porto (040.125.187-04); Celio Gomes Floriani (082.462.896-91); Cleide Edvirges Santos Laia (462.438.446-68); Danilo de Siqueira Campos (195.709.961-53); Danuza Bias Fortes Carneiro (633.134.136-68); Eduardo Michel Jeha (070.451.406-06); Elias Jaco dos Santos (248.507.131-49); Euler de Paula Veloso (133.517.886-49); Gustavo Pereira da Silva Filho (003.263.131-68); Hugo Vasconcelos (002.387.163-68); Jacinto Ferreira (046.852.611-00); José Carlos de Andrade (086.930.721-53); Liliane Alexandre de Lima (399.383.281-72); Luiz Gomes de Souza (021.499.821-53); Manoel Valdemiro Francalino da Rocha (322.418.522-87); Rafael Souza Pena (561.262.471-91); Sebastião Martins Ferreira Junior (153.122.161-00); Silas Brasileiro (004.697.186-68); Wagner Gonçalves Rossi (031.203.258-72)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Mapa

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo – MG (SECEX-MG)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

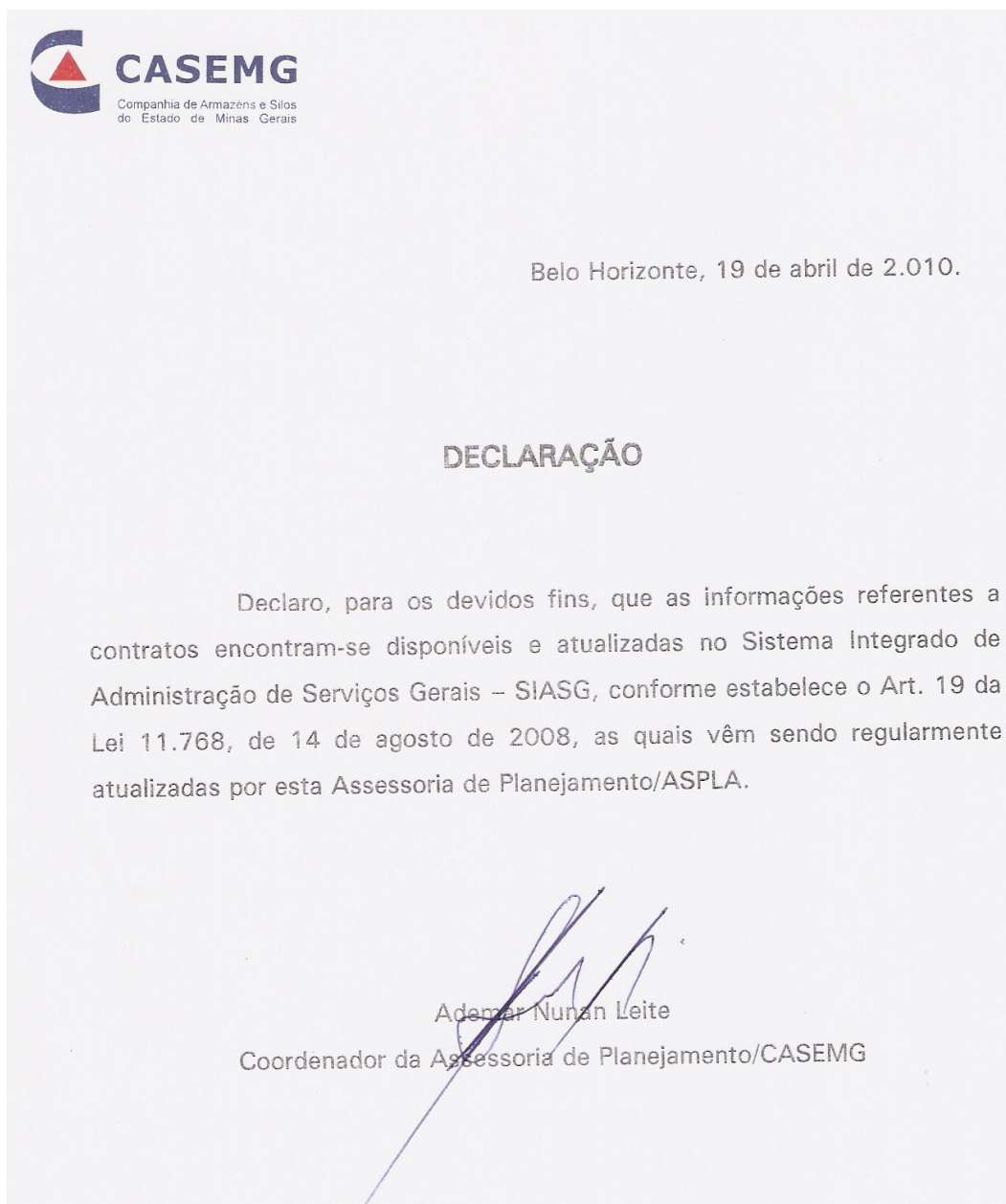
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**12. Informações quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008. (item 12 do anexo II da DN TCU 100/2009).**

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.



13. **Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.**





14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

Sem ocorrências.

15. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas. (item b do anexo II da DN TCU 100/2009).

**Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro**

***Em reais***

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	54.661	164.802
Aplicações financeiras	548.329	741.955
Contas a receber de clientes <b>(Nota 4)</b>	1.356.602	970.568
Estoques	58.926	85.635
Despesas antecipadas	172.557	109.919
Adiantamentos concedidos	39.065	39.405
Tributos a recuperar	138.584	165.837
Crédito a compensar c/ impostos municipais <b>(Nota 8)</b>	20.263	-
Outros créditos e valores <b>(Nota 6)</b>	181.546	127.226
Ressarcimento de clientes	326.364	54.232
Precatório em fase de recebimento <b>(Nota 5)</b>	600.000	600.000
	<b>3.496.897</b>	<b>3.059.579</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Desapropriação de imóveis a receber <b>(Nota 7)</b>	1.143.446	1.143.446
Precatório em fase de recebimento <b>(Nota 5)</b>	500.000	1.100.000
Valores bloqueados pela justiça <b>(Nota 10)</b>	1.175.673	843.855
Cobranças judiciais <b>(Nota 9)</b>	1.373.538	1.895.816
Depósitos judiciais <b>(Nota 10)</b>	441.717	354.504
Crédito a compensar c/ impostos municipais <b>(Nota 8)</b>	825.182	-
Outros créditos e valores	13.278	6.338
Provisão para perdas no recebimento de créditos	(181.009)	(163.550)
	<b>5.291.826</b>	<b>5.180.409</b>
<b>Permanente</b>		
Imobilizado <b>(Nota 11)</b>	<b>26.731.744</b>	<b>29.753.504</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>35.520.468</b>	<b>37.993.492</b>

**Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro**  
**Em reais**

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	653.287	278.258
Salários e contribuições previdenciárias	1.028.846	874.800
Obrigações tributárias	260.708	112.083
Parcelamento REFIS <b>(Nota 12)</b>	205.040	259.064
Provisão para contingências <b>(Nota 13)</b>	1.123.039	2.166.003
Acordos trabalhistas	869.928	178.787
Parcelamento Fornecedor	152.292	581.082
Outras Obrigações a curto prazo	50.769	47.196
	<b>4.343.909</b>	<b>4.497.273</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Provisão para contingências <b>(Nota 13)</b>	1.017.339	251.940
Parcelamento REFIS <b>(Nota 12)</b>	2.046.006	5.646.811
Tributos municipais a recolher	-	734.334
Parcelamento Fornecedor	-	48.423
	<b>3.063.344</b>	<b>6.681.508</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital Social	26.814.711	161.176.620
Prejuízos Acumulados	-	(134.361.909)
Lucro do Exercício	1.261.213	
Ajustes de exercícios anteriores	37.290	
	<b>28.113.214</b>	<b>26.814.711</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>35.520.468</b>	<b>37.993.492</b>

**Demonstrações de Resultados**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro**  
**Em reais**

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>		
Venda de Mercadorias e Serviços	<b>15.940.729</b>	<b>15.841.586</b>
Impostos e Outras Deduções da Receita		
COFINS Não Cumulativa	(1.237.141)	(1.203.025)
PIS Não Cumulativo	(269.290)	(261.181)
ISSQN	(488.520)	(480.164)
ICMS	-	(3.082)
Créditos PIS/COFINS não cumulativo	530.212	449.124
	(1.464.738)	(1.498.329)
<b>Receita Operacional líquida</b>	<b>14.475.991</b>	<b>14.343.257</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.621.721)	(8.936.571)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>3.854.270</b>	<b>5.406.686</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	(5.494.369)	(7.008.956)
Reversão de provisões constituídas	814	553.972
Recuperação de INSS s/ REFIS	3.512.980	-
Crédito Escritura Pública Confissão dívida	1.045.294	-
Outras Receitas operacionais	1.787.011	1.903.684
Outras Despesas Operacionais	(524.921)	(197.203)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	203.889	(277.005)
Depreciação	(3.123.449)	(3.108.472)
	<b>(2.592.751)</b>	<b>(8.133.980)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional</b>	<b>1.261.518</b>	<b>(2.727.294)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		
Alienação de imóveis	(305)	183.656
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.261.213</b>	<b>(2.543.638)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>1.261.213</b>	<b>(2.543.638)</b>
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações do capital social	0,0032	(0,0063)
Quantidade de ações ao final do exercício	40.212.516.561	40.212.516.561

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro**  
**Em reais**

	<b>Capital social integralizado</b>	<b>Lucros(Prejuízos acumulados)</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(131.718.184)</b>	<b>29.458.436</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	(100.087)	(100.087)
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.543.638)	(2.543.638)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(134.361.909)</b>	<b>26.814.711</b>
<b>Saldos em 1º. de janeiro de 2009</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(134.361.909)</b>	<b>26.814.711</b>
Redução do Capital Social	(134.361.909)	134.361.909	-
Ajustes de exercícios anteriores		37.290	37.290
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	1.261.213	1.261.213
<b>Saldos Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>26.814.711</b>	<b>1.298.503</b>	<b>28.113.214</b>

**Demonstração do Fluxo de Caixa- Método Indireto**  
**Para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2009**
**Em reais**

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do período	1.261.213	
Aumentos (diminuições) dos itens que não afetam o caixa		
Depreciação	3.123.449	
TJLP/outras despesas juros	85.970	
Perda do imobilizado	305	
Provisão de perdas de créditos	17.459	
Provisão para contingências	1.224.446	
Reversão de provisões de créditos	(814)	
Recuperação INSS sobre REFIS	(3.512.989)	
<b>Total</b>	<b>2.199.049</b>	
<b>Variações ATIVO</b>		
Aumento de Contas a Receber /Ressarcimento de Clientes	(637.421)	
Aumento Depósitos Restituíveis /Recursais/bloqueios	(494.098)	
Aumento Despesas Antecipadas	(62.637)	
Diminuição Estoque	26.710	
Diminuição Tributos a compensar	27.780	
Diminuição Adiantamentos	339	
Aumento IRPJ a recuperar	(6.940)	
Aumento Dupls a receber em cobrança judicial	(365.897)	
Diminuição Prefeitura Muriaé		600.000
Diminuição Cobranças Judiciais	888.174	
Aumento de outras contas a receber	(845.445)	
<b>Total</b>	<b>(869.434)</b>	
<b>Variações PASSIVO</b>		
Aumento de Fornecedores	375.030	
Aumento de Obrigações Fiscais	148.451	
Aumento de Salários e Contribuições Sociais	154.046	
Aumento de Obrigações a Terceiros	13.324	
Diminuição de Parcelamento Fornecedor	(477.214)	
Diminuição Provisão Contingências Trabalhistas	(956.670)	
Diminuição Parcelamento REFIS	(54.023)	
Diminuição Provisão ISSQN/IPTU	(734.334)	
<b>Total</b>	<b>(1.531.390)</b>	
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições do Ativo Imobilizado	(101.992)	
<b>Aumento (Diminuição) líquido de Caixa</b>	<b>(303.768)</b>	
Caixa no início do período	<b>906.757</b>	
Caixa no fim do período	<b>602.989</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**  
**(Em reais)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

---

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

**2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07 e em 2008 a Medida Provisória 449, que alterou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especificamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do presente exercício de 2008. A referida Lei teve como principal objetivo atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade- NBC; Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC e pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram reclassificadas para fins de comparabilidade com as do exercício corrente, e torná-las adequadas aos normativos contábeis mencionados.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

**a) Ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou pagamento dar-se-á em período inferior a um ano.

**b) Disponibilidades e aplicações financeiras**

Estão avaliados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**c) Contas a receber**

São apresentados pelos respectivos valores de realização, líquidos da provisão para perdas, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos.

**Estoques**

Os estoques estão representados por materiais de manutenção para as Unidades Armazenadoras.

**Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 1995.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens (Nota nº 11).

**d) Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

**e) Classificação dos passivos circulante e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

**f) Provisão para contingências**

A provisão para contingências relacionada processos de natureza tributária, trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, com base na opinião dos assessores jurídicos.

**Demais passivos circulantes e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

**g) Apuração do resultado**

O resultado das operações sociais é reconhecido pelo regime contábil de competência de exercício.

**4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante)**

O saldo de R\$ 1.356.602 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 970.568 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem, correspondente a serviços prestados e não recebidos até 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2009	POSIÇÃO EM 2008
Alfenas	0	0
Araguari	58.714	13.692
Bonfinópolis	368	435
Buritiz	140.000	1.186
Capinópolis	45.095	54.730
Centralina	6.800	6.300
Conceição das Alagoas	36.397	14.701
Frutal	16.120	31.284
Ituiutaba	53.812	181.092
Monte Carmelo	82.586	159.498
Paracatu	95.192	52.012
Passos	22	32.193
Patos de Minas	53.345	49.133
Patrocínio	85.020	113.367
Sacramento	18.249	42.929
Santa Vitória	11.395	6.888
Tupaciguara	1.221	18.934
Uberaba	106.779	17.771
Uberlândia	543.957	174.422
Unai	1.530	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.356.602</b>	<b>970.568</b>

**5. PRECATÓRIO EM FASE DE RECEBIMENTO ( Ativo Circulante e Realizável a L.Prazo)**

Em 2008 foi firmado acordo com a Prefeitura Municipal de Muriaé para fins de recebimento de precatório originado pela desapropriação do imóvel em 1991, até então sub- júdice, sendo homologado o pagamento pelo demandado o valor de R\$ 1.900.000; e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Cia. de forma desembaraçada pelo Município.

O valor acordado de 35 parcelas, sendo a primeira de R\$200.000 paga no exercício de 2008 e o restante com início de pagamento em 2009.

Em 31/12/2009, encontram-se registrados no Ativo Circulante 12 parcelas no montante de R\$ 600.000 e no Realizável a Longo Prazo, o saldo remanescente de 10 parcelas no montante de R\$ 500.000.

**6. OUTROS CRÉDITOS E VALORES (Ativo Circulante)**

Conforme abaixo discriminado, os valores referem-se à concessão de direito real de uso de imóveis e os depósitos bloqueados a serem compensados com débitos de fornecedores.

	2009	2008
Concessão de Direito Real de Uso	91.323	74.144
Depósitos Restituíveis e valores bloqueados	90.224	15.181
Parcelamento duplicata a receber de cliente	-	37.901
	<b>181.547</b>	<b>127.226</b>



**7. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL (R.L.Prazo)**

	2009	2008
Prefeitura Municipal de Governador Valadares	683.489	683.489
Prefeitura Municipal de Ipanema	459.957	459.957
	<b>1.143.446</b>	<b>1.143.446</b>

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. Na ação contra a Prefeitura de Governador Valadares, a certeza do direito é latente por se tratar de execução de título extrajudicial (Escritura Pública de Desapropriação Amigável). O valor a receber da Prefeitura de Ipanema, originária de ação que conta com julgamento favorável à CASEMG, ainda se encontra em aberto na Vara de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

**8. CRÉDITO A COMPENSAR COM IMPOSTOS MUNICIPAIS (Ativo Circulante e Realizável a L.Prazo)**

O valor total desta rubrica, de R\$ 845.445, refere-se ao saldo a compensar com impostos municipais do município de Frutal. Em dezembro de 2009, foi emitida Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos entre a Prefeitura Municipal de Frutal e CASEMG, outorgada nos seguintes termos:

**Da Confissão de Dívida:** O valor registrado em cobrança judicial relativo à Prefeitura Municipal de Frutal no Realizável a Longo Prazo (Nota 08), de R\$ 888.174, foi confessado em R\$ 1.933.468, relativo as parcelas mensais do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso do imóvel de Frutal firmado em 1997. O valor de impostos municipais a recolher registrado no Passivo Exigível a Longo Prazo de R\$ 734.334 foi confessado em R\$ 1.088.023, relativo ao ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e IPTU- Impostos sobre Propriedade Territorial Urbano.

**Da Compensação:** Ficou acordado entre as partes que os créditos e débitos recíprocos ficaram integralmente compensados, na medida em que se igualaram, sendo a diferença do crédito a favor da CASEMG (R\$ 845.445, revertido a título de compensação de débitos de IPTU incidentes sobre os imóveis de sua propriedade na cidade de Frutal, bem como a compensação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN.

A diferença de receita e despesa proveniente da confissão de dívida foi devidamente apropriada no resultado, cujos impostos incidentes sobre a receita foram provisionados e a da despesa já compensados.

**9. COBRANÇAS JUDICIAIS ( Realizável a longo prazo)**

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 1.130.402, decorre de valores a receber relativos às concessões de direito real de uso e duplicatas a receber em cobrança judicial. Constituída provisão para perdas, com base na Lei 9430/96 e IN SRF-93/97, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos.

	2009	2008
Prefeitura Municipal de Frutal	-	888.174
Prefeitura Municipal de Felixlândia	192.828	192.828
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	132.580	132.580
Prefeitura Municipal de São Francisco	18.178	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	99.585	99.585
Usapanos Panos Limpeza	209.230	209.230
Iconomil	135.421	135.421
Líria de Cássia Salomão	34.802	34.802
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.402	22.402
Valdir José Faria	1.287	1.287
Duplicatas a receber de clientes em cobrança judicial	527.225	161.328
	<b>1.373.538</b>	<b>1.895.816</b>
Provisão para Perdas de duplicatas de clientes	(181.009)	(163.550)
<b>Total</b>	<b>1.192.529</b>	<b>1.732.266</b>

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A ação contra a Prefeitura de Frutal, registrada em 2008, já foi peticionado o seu arquivamento em virtude da execução de sentença em 2009, cuja Escritura Pública de confissão de dívida e compensação de créditos e débitos foi firmada. (ver Nota Explicativa nº 8)

As ações judiciais frente às Prefeituras de Felixlândia e Espinosa encontram-se, ainda, em fase de conhecimento, sem julgamento do mérito. Por se tratar de descumprimento de contratos, constituindo-se matéria exclusivamente de Direito, há plena possibilidade de êxito quanto ao reconhecimento dos créditos da companhia.

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R.L.Prazo)

Em dezembro de 2009, o saldo de depósitos judiciais de R\$ 441.717 decorre de valores depositados judicialmente para fazer face a depósitos recursais relativos a ações trabalhistas e cíveis. O saldo de R\$ 1.175.673 de valores bloqueados pela justiça do trabalho para garantir o pagamento de indenizações de ações que estão sub.júdice.

## 11. IMOBILIZADO

	<b>Taxa anual depreciação</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Terrenos		587.337	587.337
Edificações	4%	8.948.109	8.729.474
Máquinas e Equipamentos	10%	47.561.832	47.567.590
Móveis e Utensílios	10%	1.448.596	1.446.342
Veículos	20%	210.633	199.808
Armazéns e Silos	4%	89.004.333	88.949.254
Obras em andamento		93.834	313.823
Direitos de Propriedade		300.850	300.850
Equipamentos de Informática	20%	393.766	393.537
		<b>148.549.291</b>	<b>148.488.015</b>
(-) Depreciação Acumulada		(121.817.546)	(118.734.512)
<b>TOTAL</b>		<b>26.731.744</b>	<b>29.753.504</b>

Em 2009 ocorreram baixas no imobilizado de bens móveis obsoletos cujo resultado líquido, está apresentado no balanço pela perda de R\$ 305,33.

## 12. PARCELAMENTO REFIS

Está composto por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF, de exercícios anteriores a 2000. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o saldo devedor do REFIS é como segue:

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Débito total	10.849.942	10.849.942
Compensação de Prejuízos Fiscais	(5.310.145)	(5.310.145)
<b>Dívida Consolidada</b>	<b>5.539.797</b>	<b>5.539.797</b>
Acréscimo (decréscimo) da dívida	366.078	447.119
Retificação do débito de INSS	(3.512.979)	
Pagamento de parcelas no exercício	(227.819)	(244.280)
Atualização TJLP no exercício	85.970	163.239
<b>Saldo devedor REFIS</b>	<b>2.251.046</b>	<b>5.905.875</b>
<b>Dividido em:</b>		
Passivo Circulante	205.040	259.064
Exigível a Longo Prazo	2.046.006	5.646.811

No final de 2009 a Companhia solicitou parcelamento do saldo remanescente da dívida do REFIS à Secretaria da Receita Federal do Brasil, de que trata a Lei nº 11.941 de 2009 e está aguardando a consolidação do débito.

**13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS (R. Longo Prazo)**

---

A empresa mantém provisão para contingências de R\$ 2.140.994, sendo R\$ 1.123.039 registrada no Passivo Circulante e de R\$ 1.017.338 no Exigível a Longo Prazo para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas e cíveis.

No valor líquido provisionado no Balanço, já foram considerados os valores bloqueados pela justiça e os depósitos judiciais das ações já registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, no montante de R\$1.617.391 (Nota Explicativa nº 10)

Em 2009 foram liquidados os saldos remanescentes do acordo trabalhista firmado em 2008 e ainda as ações trabalhistas de acordos firmados em 2009 por execução de sentença; as pensões judiciais, no montante de R\$ 1.241.755, restando o saldo remanescente de acordos já firmados de R\$ 869.928, registrado no Passivo Circulante.

**14. CAPITAL SOCIAL**

---

Em dezembro de 2009 o capital social no valor de R\$26.814.711, é dividido em 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

Em Assembléia Geral Extraordinária- AGE realizada em 2009 foi feita a redução do capital de R\$161.176.620 para R\$26.814.711, com a absorção de prejuízos acumulados registrados no Patrimônio Líquido até 31/12/2008, no montante de R\$134.361.909, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades Anônimas- Lei 6404/76, com o devido Parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

**15. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

---

Os ajustes de exercícios anteriores lançados em 2009, de R\$ 37.290, decorrem basicamente de estorno de provisão efetuada a maior em exercício anterior.

**16. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

---

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	R\$	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(131.879)</b>	<b>(628.271)</b>
- Juros e VM, pagos ou incorridos	5.633	230.392
- Multas dedutíveis e indedutíveis	10.091	198.458
-TJLP sobre REFIS	85.970	163.239
-Comissões, despesas bancárias e outras	30.185	36.183
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>335.768</b>	<b>351.266</b>
-Taxa de Permanência	182.472	121.893
-Apropriação de juros e multas	88.035	189.570
-Renda de aplicação financeira	52.180	39.804
-Variação Monetária Ativa	13.081	
<b>Total</b>	<b>203.889</b>	<b>(277.005)</b>

**17. DOS RESULTADOS**

---

Em 2009 foi registrada a retificação de R\$ 3.512.979, do Processo de Ação Fiscal do INSS, incluído no Parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal- REFIS no ano de 2000, conforme Despacho Decisório nº 11.401.3/0059/2005 da Delegacia da Receita Federal do Brasil/Previdenciária em Belo Horizonte. O pedido de revisão dos valores confessados e incluídos indevidamente no referido parcelamento, foi feita em 2003.

A referida retificação impactou positivamente o resultado do exercício.

## **18. DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS**

---

O capítulo VII do Estatuto Social da Companhia prevê nos termos da lei 6404/76 a proposta de destinação dos lucros da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até que alcance vinte por cento do capital;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos, devendo ser apresentado ao Conselho de Administração para aprovação, acompanhado de Plano de Aplicação elaborado pela Diretoria.

Dessa forma foi constituída: a reserva legal no montante de R\$63.061; a reserva de lucros a realizar, de R\$711.450, relativa a lucros a serem realizados em exercícios futuros da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos entre a Companhia e a Prefeitura Municipal de Frutal, conforme especificado na Nota 17-b, cujo valor previsto por ano está em torno de R\$20.263.

O saldo de R\$486.702 foi transferido para Reserva Especial constituída nos termos do artigo 202, parágrafo 4º da lei 6404/76 discriminado abaixo, em função das dificuldades financeiras da Companhia para pagamento de dividendos, pois o lucro contábil não teve nenhum impacto no caixa. Também foram somados ao saldo e transferidos para a referida reserva, os ajustes credores de exercícios anteriores discriminados no Patrimônio Líquido, de R\$37.290, ficando o montante de R\$523.992.

“&4º- O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informar à assembléia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal deverá dar parecer sobre essa informação”.

## **19. COBERTURA DE SEGUROS**

---

Em 31 de dezembro de 2009, a companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns.

## **20. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS**

---

Os valores da maior e menor remuneração dos administradores da companhia são R\$ 7.825 e R\$ 7.095, respectivamente, e dos empregados são R\$ 5.101 e R\$ 502, respectivamente.

### **DIRETORIA**

#### **GLYCON TERRA PINTO JÚNIOR**

Diretor-Presidente Técnico Operacional

#### **MANUEL MOURÃO BAHIA**

Diretor Administrativo - Financeiro

#### **JOSÉ MARIA LOPES**

Contador – CRC: MG-49.680/0-0

OBSERVAÇÃO QUANTO À DESTINAÇÃO DOS LUCROS (Nota Explicativa nº 18): a Assembléia Geral Ordinária da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG, realizada no dia 05 de abril de 2010, houve por bem, por seus membros presentes, aprovar “a destinação do resultado de 2009, conforme proposta da STN, a seguir discriminada: Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício – R\$ 1.261.213 (hum milhão, duzentos e sessenta e um mil, duzentos e treze reais); (-) Prejuízo Acumulado – R\$ 0,00; (-) 5% para Reserva Legal – R\$63.061 (sessenta e três mil e sessenta e um reais); Ajuste de Exercícios Anteriores – R\$ 37.290 (trinta e sete mil duzentos e noventa reais); Lucro Líquido Ajustado – R\$ 1.235.442 (hum milhão, duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e dois reais); Reserva de Lucros a Realizar (25%) – R\$308.860,50 (trezentos e oito mil oitocentos e sessenta reais e cinquenta centavos); Reserva de Retenção de Lucros – R\$ 926.581,50 (novecentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)”.

**16. Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação. (item 4 da letra “B” do anexo II da DN TCU 100/2009).**

N. DE ORDEM	ACIONISTAS	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL SOCIAL	VALOR ANTES DA REDUÇÃO	VALOR APÓS REDUÇÃO
	<b>CAPITAL INTEGRALIZADO</b>	<b>100</b>	<b>161.176.620,00</b>	<b>26.814.710,70</b>
	<b>AÇÕES ORDINÁRIAS</b>	<b>94,8708839</b>	<b>152.909.684,03</b>	<b>25.439.353,06</b>
1	GOVERNO FEDERAL	92,6034204	149.255.062,94	24.831.339,28
2	CONAB	1,9399871	3.126.805,56	520.201,93
3	BDMG	0,2080307	335.296,78	55.782,83
4	RURALMINAS	0,0956372	154.144,82	25.644,84
5	CREDIREAL	0,011866	19.125,24	3.181,83
6	BANCO ITAÚ S/A	0,0118548	19.107,20	3.178,83
7	CSBC	0,0000316	50,94	8,47
8	AGRIPINO ABRANCHES VIANA	0,0000102	16,43	2,74
9	RAIMUNDO MENDES	0,0000102	16,43	2,74
10	MARCOS ABREU SILVA	0,0000102	16,43	2,74
11	MINAS CAIXA (Massa Falida)	0,0000102	16,43	2,74
12	JOSÉ KALIL SALES LACERDA	0,0000031	4,97	0,83
13	HUMBERTO ELRICK LADEIRA	0,0000021	3,31	0,56
14	HIGINO V. FONSECA	0,0000021	3,31	0,56
15	AFONSO M. N. FILHO	0,0000021	3,31	0,56
16	VICENTE PAULA. PINTO (Espólio)	0,0000021	3,31	0,56
17	COOP. CONS. SERVIDORES DER	0,0000021	3,31	0,56
18	WALTER R. SILVA (Espólio)	0,0000021	3,31	0,56
	<b>AÇÕES PREFERENCIAIS</b>			
1	CONAB	5,1291161	8.266.935,97	1.375.357,64

**17. Posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades. (item 4 da letra “B” do anexo II da DN TCU 100/2009).**

Não se aplica à Unidade.



18. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis. (item 5 da letra “B” do anexo II da DN TCU 100/2009).

**STAFF AUDITORES****PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Diretores e Acionistas da  
**COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**  
**BELO HORIZONTE – MG.**

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa correspondentes ao exercício findo na mesma data elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do Patrimônio Líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

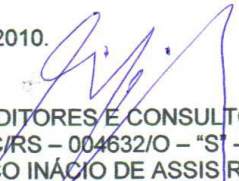
4. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2008, foram por nós auditadas e ensejaram a emissão de parecer sem ressalva em data de 04 de março de 2009.

5. A empresa, no exercício, em Assembléia Geral Extraordinária, reduziu seu capital social de R\$ 161.176.620,00 para R\$ 26.814.711,00 pela absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 134.361.909,00 nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76.

6. A empresa, segundo suas demonstrações contábeis (notas explicativas 17 e 18) resolveu não distribuir lucros relativamente ao exercício em exame, com base no parágrafo 4º do art. 202 da Lei 6.404/76, tendo efetuado a seguinte destinação dos resultados do exercício:

5% do lucro líquido para Reserva Legal, no valor de 63.060,65; R\$ 711.450,00 para Reserva de Lucros a Realizar e o saldo do resultado líquido do exercício, no valor de R\$ 486.702,35 que, somado ao valor de R\$ 37.290,00 relativo a ajuste de exercícios anteriores, monta em R\$ 523.992,35, para Reserva Especial, conforme previsto no § 5º do mesmo art. 202 acima mencionado.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2010.

  
STAFF AUDITORES E CONSULTORES S/S  
CRC/RS – 004632/O – “S” – MG.  
FRANCISCO INÁCIO DE ASSIS RODRIGUES  
Contador CRC/RS 27.020/O-1 – “S” – MG.  
Responsável Técnico.

19.

a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal. (item 13 da letra “C” do anexo II da DN TCU 100/2009).

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DOS CONSELHOS EM 2009													
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO													
NOME	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Glycon Terra Pinto Jr.	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	9.698,64
Rafael de Souza Pena	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	-	-	-	-	6.465,76
Milton Elias Ortolan	808,22	808,22	808,22	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.424,66
Célio Gomes Floriani	808,22	808,22	808,22	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.424,66
José Magalhães de Sousa	-	-	-	-	1.616,44	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	7.273,98
Marcos de Barros Valadão	-	-	-	-	1.616,44	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	7.273,98
Robério Oliveira Silva	-	-	-	-	1.616,44	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	7.273,98
Rinaldo Junqueira de Barros	-	-	-	-	-	0,00	1.602,80	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	5.643,90
Luiz Claudio Portela Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00	2.341,91	2.341,91
<b>TOTAL</b>	<b>3.232,88</b>	<b>3.232,88</b>	<b>3.232,88</b>	<b>1.616,44</b>	<b>6.465,76</b>	<b>4.041,10</b>	<b>5.643,90</b>	<b>4.849,32</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>6.383,01</b>	<b>50.821,47</b>
CONSELHO FISCAL													
NOME	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Manoel Vitorino Souza Neto	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	9.698,64
Ricardo Cardoso A. Meireles	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	9.698,64
Oswaldo Toller Junior	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	9.698,64
Cleide Edvirges S. Laia	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	9.698,64
Elias Jacó Santos	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	9.698,64
<b>TOTAL</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>4.041,10</b>	<b>48.493,20</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.273,98</b>	<b>7.273,98</b>	<b>7.273,98</b>	<b>5.657,54</b>	<b>10.506,86</b>	<b>8.082,20</b>	<b>9.685,00</b>	<b>8.890,42</b>	<b>8.082,20</b>	<b>8.082,20</b>	<b>8.082,20</b>	<b>10.424,11</b>	<b>99.314,67</b>




- b) **Declaração de que as atas das reuniões do conselho de administração e do conselho Fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.**



Belo Horizonte, 19 de abril de 2.010.

## DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que as atas do exercício de 2009 referentes às reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo na Assessoria Jurídica – ASJUR, da Companhia.



Glycon Terra Pinto Junior  
Diretor Presidente

**Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais**  
**Rua dos Timbiras, 1754 – 14º/15º Andares.**  
**CEP: 30140-061 – Belo Horizonte/MG**  
**Fone: (31) 3272.2833 – Fax: (31)3272.2829**  
**E-mail: [presidencia@casemg.com.br](mailto:presidencia@casemg.com.br)**  
**Site: [www.casemg.com.br](http://www.casemg.com.br)**